

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Dirutor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Dirutora Executiva*ETEVALDO DIAS — *Dirutor (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Dirutor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*ROSENTAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

O Pior Já Passou

A pós três anos de lamentações da crise causada pelos impactos recessivos dos choques que tentavam domar a hiperinflação, os empresários brasileiros mostram otimismo com os sinais de uma consistente reativação econômica. Os indicadores de consumo de energia elétrica, que funcionam como termômetro da produção industrial, e o nível de emprego da Fiesp apontam para a reativação da economia.

A ótima safra agrícola ajuda a conter a alta dos preços, injeta renda no interior e aquece a demanda de caminhões, tratores, automóveis e bens de consumo. As empresas estão ampliando as exportações estimuladas pela taxa cambial, que reflete efetivamente o efeito da inflação interna sobre o cruzeiro, e pelas altas taxas de juros internas, que estimulam a antecipação dos contratos de câmbio.

Embora o desemprego se mantenha alto e as empresas continuem com grande capacidade ociosa, a biruta virou, ou como disse o presidente da Fiesp, Mário Amato, o pior da crise passou. É cedo para comemorações, como deixou claro o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao prever o crescimento auto-sustentado — de 3% a 5% — a partir de 1993. Mas, pela primeira vez, desde o desmoronamento do Plano Cruzado, em 1986, o governo e empresários começam a entrar em sintonia.

O mais importante é que começa a se instalar no setor privado o sentimento que o ministro Marcílio quis infundir ao tomar posse, quando afirmou que o país precisava deixar de olhar os problemas passados pelo espelho retrovisor, para olhar as perspectivas pelo pára-brisa.

Deve-se em grande parte ao ministro da Economia e à sua equipe a reversão da expectativa depressiva (mais do que pessimista) em que viviam mergulhados os agentes econômicos, diante das análises catastróficas dos economistas de plantão fora do governo. Tal estado de espírito vazava para o exterior, com grave prejuízo da credibilidade do país.

A seriedade nas medidas de ajuste fiscal (ape-

sar da resistência do Congresso em aprovar os planos do governo na íntegra), a severidade da política monetária e a habilidade e a paciência nas negociações com os credores internacionais e o FMI começaram a reverter o quadro externo. Com os primeiros sinais de sucesso da safra plantada em outubro-novembro a inflação começou a arrefecer no final do ano passado.

Ainda houve um espasmo em janeiro, quando os empresários reagiram com a alta de preços ao realismo tarifário e à nova redução das alíquotas de importação — medidas indispensáveis para assegurar a estabilidade e a modernização da economia. Mas tão logo o governo mostrou firmeza nos objetivos, a inflação voltou a ceder e mudou as cabeças.

O acordo setorial entre o governo, as montadoras de automóveis, os metalúrgicos e os fabricantes de autopeças e componentes — e que permitiu cortes de custos e a redução do preço dos carros — é um exemplo de que os empresários começam a confiar na administração pelo Ministério da Economia do processo de busca da estabilidade econômica, simultânea à melhoria da competitividade, para a indústria nacional sobreviver à abertura da economia.

Outros acordos setoriais precisam ser feitos para quebrar a cadeia de expectativas inflacionárias na qual estavam acostumados os empresários. O extenso e complexo segmento da indústria têxtil e de confecções deve ser o próximo alvo, para evitar um exagero nas remarcações de preços do outono-inverno, seguindo da indústria de alimentação, que também tem grande peso na composição do índice de inflação.

Todos esses ingredientes servem, principalmente, para ajudar a costurar um consistente acordo político no país, capaz de viabilizar a aprovação no Congresso das reformas constitucionais necessárias à garantia do ajuste fiscal. De qualquer forma, não se deve esperar euforia irresponsável de crescimento que se frustrou no passado, por falta de um ajuste fiscal que eliminasse as pressões inflacionárias.